



Prefeitos pedirão ao Senado ajuda na partilha de tributos

Mais de 70 chefes municipais confirmaram presença no evento, amanhã, no Salão Negro do Congresso. Encontro foi marcado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros

Assim como fizeram os governadores no mês passado, os prefeitos se reunirão amanhã com o presidente do Senado para sugerir um redesenho do pacto federativo. Querem para os municípios

fatia maior dos tributos nacionais. A maior parte da arrecadação fica hoje nas mãos da União. Durante a Marcha dos Prefeitos, Renan Calheiros prometeu acelerar projetos que beneficiam os municípios. **3**

Comissão estuda criação de auxílio para aluno pobre **6**

Juristas propõem reforma do Código da Aeronáutica **6**

Debate aponta falha em projeto que trata da transmissão do HIV

A proposta em questão é a que torna crime hediondo a transmissão deliberada do vírus da aids. “Não é criminalizando

que vamos resolver”, disse o presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Paulo Paim. O projeto está na Câmara. **8**



Pedro Franco/Agência Senado

Paulo Paim (C) conduz a audiência sobre direitos dos portadores do HIV

Senadores lançam campanha por alternativa a fator previdenciário

Walter Pinheiro soube que o governo não apresentou contraproposta à regra 85/95, que permite aposentadoria mais cedo,

e reuniu outros parlamentares para a campanha que na internet terá as *hashtags* #NãoVeteDilma e #DigaSimAFórmula85/95. **7**

Redução da maioria agride a democracia, dizem debatedores

O Brasil já tem lei que responsabiliza o adolescente a partir dos 12 anos de idade, disse representante da Secretaria de

Direitos Humanos ontem. Outros participantes acrescentaram que o ideal é aprimorar o sistema socioeducativo. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Os senadores Lindbergh (2º à esq.) e Lidice (C) conduzem debate em CPI

especial
Cidadania



Cesar Brustolin/Prefeitura de Curitiba

Um dos pontos do texto determina que transportes coletivos sejam acessíveis, como já acontece em Curitiba

Um grande passo para a pessoa com deficiência

Aprovado pelo Senado na semana passada, o Estatuto da Pessoa com Deficiência só depende da sanção da presidente Dilma Rousseff para virar lei.

Com medidas em diversas áreas, como educação, saúde e transporte, principal objetivo é assegurar inclusão social a milhões de brasileiros. **4 e 5**

Relatório sobre placa em tratores sai amanhã **7**

Piauí se une a ação por mulher na política **2**

Plenário lembra fundador da Rede Sarah **7**

Pesquisa FGV comprova
Senado é 100% transparente

SENADO FEDERAL



Conforme a pesquisa Estado Brasileiro e Transparência, da Fundação Getúlio Vargas, o Senado atendeu a 100% dos pedidos de informação no mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.



Mais de 500 líderes políticos locais compareceram à cerimônia de lançamento da campanha Mais Mulheres na Política

Bancada feminina lança campanha em Teresina

Parlamentares fizeram ato pela igualdade de gênero no Parlamento na Assembleia Legislativa do Piauí. Evento já ocorreu em São Paulo, Porto Alegre, Manaus e Boa Vista. Semana que vem, será em Cuiabá

PARLAMENTARES DA BANCADA feminina no Congresso foram recebidas por Wellington Dias, governador do Piauí, e Margarete Coelho, vice-governadora, em ato na assembleia legislativa ontem para o lançamento no estado da campanha pela igualdade de gênero no Parlamento. Estiveram presentes mais de 500 líderes políticos locais.

O evento foi promovido

pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, pela senadora Regina Sousa (PT-PI) e pela deputada federal Iracema Portella (PP-PI), com apoio da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, da OAB do Piauí e da Fundação Milton Campos.

Ao lado dos senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Elmano Férrer (PTB-PI) e do ex-deputado Osmar Júnior, Wellington

Dias disse que o Piauí se sentia orgulhoso em receber o evento e que é preciso haver pressão para a proposta da igualdade de gênero ser vitoriosa na votação, que deve ocorrer amanhã, na Câmara dos Deputados.

Regina Sousa pediu apoio à causa:

— Mesmo que a proposta seja rejeitada pela Câmara, a campanha será mantida. É o Brasil que precisa da mulher na política.

Para a procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), as mulheres ainda não chegaram à paridade porque há barreiras e faltam oportunidades. Ela citou o caso da Argentina, que antes tinha 13% de participação feminina no Parlamento e atualmente tem 37%.

— Mulher no Parlamento faz toda a diferença. O que o olhar masculino não vê o feminino vê. E vice-versa — disse a senadora.

(Da assessoria de imprensa da Procuradoria da Mulher)

Vanessa Grazziotin relata lançamento no Piauí de Mais Mulheres na Política

Em Plenário, Vanessa Grazziotin relatou sobre o evento em Teresina para divulgar a campanha Mais Mulheres na Política.

Ela lembrou que nesta semana a Câmara deve votar proposta que fixa cota de gênero no Poder Legislativo para impedir que mais de 70% das vagas no Senado, na Câmara dos Deputados,

nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais sejam ocupados por um só gênero.

— É impensável, eu considero inimaginável, mas essa é nossa realidade. Um país que tenha 52% de eleitores mulheres e que essas, que têm o direito de votar e ser votadas, só ocupem 10% de cadeiras no Parlamento.

Reguffe critica governo por querer recriar a CPMF

Reguffe (PDT-DF) criticou ontem a anunciada intenção do governo de criar novos impostos e trazer de volta a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF).

O senador lembrou que a carga tributária já supera os 36% do PIB e atribuiu à “incompetência do governo federal” a necessidade de novos impostos.

Ele sugeriu que o governo reduza os gastos dos 38 ministérios e seja transparente em relação às próprias despesas.

— O governo deveria começar reduzindo o número de ministérios, reduzindo o número de cargos comissionados.



Moniana Matiz/Agência Senado

Cristovam: solução é austeridade com criatividade

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que falta criatividade aos governantes brasileiros. Para ele, como o país está precisando urgentemente de austeridade fiscal, os governos devem encontrar meios de melhorar a vida das pessoas sem aumento do consumo.

Cristovam disse que menos filas nos hospitais, mais segurança, melhor transporte público e escolas públicas são mais importantes para o povo do que consumir mais.

— Temos que sair da equação renda e consumo, renda do governo, renda privada e consumo e definir como melhorar o bem-estar da população gastando menos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário destaca combate ao trabalho infantil

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com dados de 2012, 11% da população infantil — 168 milhões — trabalhava, sendo 85 milhões em escravidão, prostituição e tráfico de drogas.

Telmário Mota (PDT-RR) disse que, no Brasil, a situação vem mudando ao longo dos últimos anos, ao citar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

— Entre 2000 e 2010, houve uma redução de 13,44% nos índices de trabalho infantil entre 10 e 17 anos, com maiores quedas no Nordeste. Em 2013, o trabalho infantil abrangia 3,2 milhões, uma queda de 10,6% em relação a 2012.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mais dois vetos do Executivo entram na pauta do Congresso

Foi vetado na íntegra por Dilma Rousseff projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) que obriga escolas da educação básica a registrar, na matrícula, nomes de todas as pessoas autorizadas a entrar nos estabelecimentos para tratar de interesses do aluno (PLS 572/2011).

A presidente alega que regras para estabelecimentos da educação básica são da incumbência dos estados e municípios e que a própria escola, em diálogo com a comunidade, pode fixar medidas dessa natureza.

A presidente Dilma também vetou projeto que regulamenta a profissão de DJ. O PLS 322/2010, do ex-senador Sérgio Zambiasi, exigia apresentação de certificado de

curso profissionalizante para a obtenção de registro profissional na área. Estabelecia ainda jornada de trabalho máxima de 6 horas diárias e 30 horas semanais e impunha limites aos DJs estrangeiros.

Dilma argumenta que a Constituição assegura o livre exercício profissional, cabendo a imposição de restrições apenas no caso de possibilidade de dano à sociedade.

É segundo veto a proposta com esse teor: em 2010, o então presidente Lula vetou texto do ex-senador Romeu Tuma com a mesma justificativa.

Os vetos entram na pauta de votação do Congresso. Para serem derrubados, é necessário obter a maioria absoluta dos votos de senadores (41) e deputados (257).



Mary Leal/Governo do Distrito Federal

Dilma diz que cabe ao município fixar regras para escola de educação básica

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CMA Área de hidrologia**
9h30 A comissão sabatina Ney Maranhão para a Agência Nacional de Águas.
- CAE/CCT Armando Monteiro**
10h As comissões realizam audiência conjunta com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- CCT Requerimentos**
11h A comissão aprecia requerimentos.
- PRESIDÊNCIA Vetos**
11h Instalação de comissão para reforma do Código de Aeronáutica. Às 11h45, reunião de líderes. Às 16h, posse de Luiz Fachin no STF. Após, ordem do dia. Às 19h, sessão do Congresso para apreciar vetos.
- CÓDIGO DA AERONÁUTICA Reforma**
11h Instalação da comissão destinada a elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro da Aeronáutica.
- CE Isenção de IOF para bolsistas**
11h A comissão analisa texto que isenta de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior.

- PROCURADORIA DA MULHER Livroto**
11h Lançamento da 2ª edição do livroto *Mais Mulheres na Política*.
- PLENÁRIO Segurança pública**
14h Continua na pauta a PEC 33/2014, que inclui a segurança pública entre as obrigações de competência comum entre a União, os estados, o DF e os municípios.
- CRE Dois embaixadores**
14h30 A comissão sabatina embaixadores para o Peru e para a Dinamarca e Lituânia, cumulativamente.
- MP 671/2015 MP do Futebol**
14h30 Comissão analisa relatório da MP que cria o programa de responsabilidade fiscal para o futebol brasileiro.
- MP 672/2015 Salário mínimo**
14h30 A comissão da MP sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019 se reúne para concluir análise do relatório.
- SESSÃO DO CONGRESSO Vetos**
19h Sessão do Congresso para análise de cinco vetos presidenciais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Ciência e Tecnologia**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Chefes municipais apresentarão a Renan propostas para elevar a participação das cidades no bolo tributário do país. Segundo presidente da Casa, pacto federativo está andando

Senado receberá amanhã mais de 70 prefeitos



MAIS DE 70 prefeitos já confirmaram presença no encontro marcado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para as 11h de amanhã, no Salão Negro do Congresso. Os prefeitos vão trazer ao Senado preocupações com a necessidade de aumentar os recursos para os municípios e de rever suas responsabilidades.

A reunião vai seguir os moldes do encontro de Renan com os governadores, ocorrido no mês passado, quando as demandas dos estados estiveram no foco do debate.

Segundo a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne os mandatários das cidades mais populosas do país, de 2000 a 2013 as despesas do conjunto dos municípios brasileiros, em relação ao total das despesas dos entes federados, cresceram 5,8 pontos percentuais, enquanto a participação nas receitas disponíveis aumentou ape-



Renan discursa na Marcha dos Prefeitos, em maio: senador prometeu acelerar projetos que aliviam caixas municipais

nas 0,5 ponto percentual, acentuando o desequilíbrio entre os entes federativos. Para enfrentar problemas desse tipo, os prefeitos pedem o aprimoramento dos canais de diálogo com a União e os estados.

Renan, em discurso na 18ª Marcha dos Prefeitos — que é organizada pela Confedera-

ção Nacional de Municípios (CNM) — no final de maio, em Brasília, prometeu acelerar a votação de projetos que garantam a regularidade dos repasses de recursos pela União aos municípios. Ele também se manifestou a favor da revisão do pacto federativo e criticou o ajuste fiscal feito pelo governo, que “pune os

mais pobres e penaliza os municípios”.

— O pacto federativo está andando. O importante é que tenhamos pontos sobre os quais haja acordo de todas as correntes dos municípios e do próprio Parlamento para que a gente possa avançar sem recuo — afirmou o presidente do Senado.

Encontro pode acelerar projetos, avalia Gurgacz

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse ontem que o encontro com os prefeitos pode acelerar a votação de propostas que ajudem as prefeituras a saírem da crise, garantindo a regularidade dos repasses de recursos da União aos governos estaduais e municipais.

— Só mesmo uma reforma tributária e um novo pacto federativo vão retirar os estados e municípios da dependência dos repasses constitucionais e dos investimentos da União.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia pede respostas rápidas a reivindicações

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o Senado precisa dar respostas rápidas aos prefeitos e governadores sobre a distribuição de atribuições entre a União, os estados e os municípios e a repartição das receitas.

Para a senadora, é hora de o Executivo e o Legislativo unirem esforços para melhorar a situação de governadores e prefeitos. Ela também cobrou do governo o corte de gastos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão do Pacto Federativo apresentará relatórios setoriais

O presidente da Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo, Walter Pinheiro (PT-BA), marcou uma reunião para amanhã, quando serão apresentados os relatórios setoriais.

— A comissão mantém o ritmo de trabalho proposto no cronograma inicial. Nesta quarta [amanhã], aguardamos a apresentação dos relatórios com os levantamentos, agrupamentos e identificação de

proposições já previamente analisadas. São proposições prontas para inclusão na ordem do dia e outras que poderão ser objeto de consolidação ou apresentação de substitutivos, além de novas proposições — disse.

Pinheiro voltou a afirmar que a comissão tem foco e celeridade e que, em curto prazo, apresentará resultados:

— Temos inúmeras proposições adiantadas e um colegiado qualificado que nos permite

finalizar um trabalho com foco, qualidade e consistência.

A comissão especial foi criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. No dia 2, foi apresentado o plano de trabalho, que terá três eixos temáticos: administração, serviços públicos e finanças dos estados e municípios.

Cada coordenação temática da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo é composta de cinco

senadores. Foram designados Antônio Anastasia (PSDB-MG) para a Coordenação de Organização Administrativa e Serviços Públicos, Ana Amélia (PP-RS) para a Coordenação de Finanças Municipais e Lúcia Vânia (PSDB-GO) para a Coordenação de Finanças dos Estados.

A comissão tem Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) como relator e Simone Tebet (PMDB-MS) como vice-presidente.

Debatedores se posicionam contra a redução da maioria penal

Debatedores presentes à audiência pública promovida ontem pela CPI do Assassinato de Jovens afirmaram que a redução da maioria penal vai contra todas as iniciativas de promoção de direitos humanos e construção da democracia.

O representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Cláudio Augusto Vieira da Silva, apresentou dados sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que atua na aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional.

Segundo dados de 2013, 23 mil adolescentes estão em situação de privação de liberdade, internados em 466 instituições no país. Cerca de 80% deles têm mais de 16 anos. Silva explicou que, se a redução da maioria penal fosse aprovada, cerca de 18 mil adolescentes teriam



Senadores Lindbergh Farias (2º à esq.) e Lídice da Mata (C) coordenam debate com Larissa, Cláudio Silva e Walmyr Júnior

de ser deslocados para outro sistema penal.

— Não temos lugar para colocar esses meninos, se saírem do sistema socioeducativo. Não cabe mais pessoas no sistema prisional. Não tem justificativa, no nosso entendimento. O Brasil já tem lei que responsabiliza o adolescente a partir dos 12 anos — explicou.

Silva acrescentou que, no âmbito do Sinase, roubo, tráfico e homicídio estão entre os crimes que mais prendem adolescentes no país. Ele também ressaltou que a maioria dos jovens no Sinase tem ensino fundamental incompleto e 57% são negros ou pardos.

Representando a Secretaria de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial (Seppir), Larissa Amorim Borges afirmou que a maioria dos jovens assassinados no país é negra e que a diferença entre o número de jovens brancos e negros assassinados é muito grande. A representante da Seppir citou dados que revelam que cinco jovens negros são assassinados a cada duas horas, o equivalen-

te a 60 jovens por dia. Para ela, em vez de reduzir a maioria penal, o país deveria qualificar o sistema socioeducativo para ampliar as possibilidades dos jovens negros.

— Isso [a redução da maioria penal] vai provocar maior criminalização e aprisionamento da juventude negra. Pode ocasionar também um grande gargalo nas instituições, que já estão sobrecarregadas.

O representante do Conselho Nacional de Juventude, Walmyr Júnior, falou sobre a violência contra a juventude negra da favela e disse que é preciso analisar o contexto em que esses jovens vivem:

— A juventude vive cercada pela violência, não só pela ausência de políticas públicas, mas também pela afirmação de uma práxis que tem, por finalidade, exterminar esse jovem e toda a estrutura social e cultural em que ele vive.

Senado amplia direitos das pessoas com deficiência

Principal objetivo de projeto aprovado na semana passada em Plenário é assegurar inclusão social, dignidade e cidadania para cerca de 45 milhões de brasileiros que enfrentam preconceito e condições inadequadas para viver e produzir. Proposta só depende de sanção da presidente Dilma para virar lei

Larissa Bortoni

OS MAIS NOVOS podem nem lembrar, mas há bem pouco tempo os brasileiros falavam das pessoas com deficiência usando termos como aleijado, retardado, tortinho, mongolói-de. Não havia vagas reservadas nos estacionamentos, muito menos política de cotas. As mudanças no comportamento da sociedade aconteceram aos poucos. E na última quarta-feira o Senado deu um passo decisivo para assegurar mais respeito a cerca de 45,6 milhões de brasileiros que declararam, em 2010, ter alguma deficiência.

SCD 4/2015 é o número oficial da proposta que institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência. O texto,

aprovado pelo Plenário, ganhou o apelido de Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Os estatutos, segundo o dicionário Michaelis, são regulamentos de um Estado, associação ou qualquer corpo coletivo em geral. Assim é o projeto que os senadores acolheram. Assegura direitos e determina os deveres do poder público e da sociedade na proteção aos deficientes nas mais diversas áreas.

O autor, Paulo Paim (PT-RS), esclareceu que o conjunto de normas não serve apenas para garantir às pessoas com deficiência a universalidade nos serviços públicos, mas é um instrumento para coibir o preconceito.

Segundo o senador, a discriminação aos deficientes é ainda

maior do que a sofrida pelos negros. Ao ressaltar os benefícios da proposta, ele citou uma irmã cega, já falecida:

— Só quero dizer, minha querida Marlene e meus dez irmãos, que, se há uma proposta, entre as mil que apresentei, da qual tenho o maior orgulho é a do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a lei nacional da pessoa com deficiência. Por isso, palmas à democracia. Palmas aos 47 milhões de pessoas com deficiência e a seus familiares.

Ainda mais emocionado, o relator do projeto, Romário (PSB-RJ), disse que a aprovação no Senado não é apenas especial para ele, que é pai de Ivy, uma menina de 10 anos com síndrome de Down, mas para as milhões de pessoas com



Ao lado de outros senadores e da deputada Mara Gabrilli, Romário (C) aplauda a aprovação do projeto do qual ele foi o relator

deficiência, além das famílias delas.

— Há aqui um daqueles casos em que a atuação dos parlamentares pode assumir papel decisivo na mudança do país, corrigindo uma injustiça histórica e resgatando a dignidade de um importante segmento da nossa população. A luta pela inclusão das pessoas com deficiência enfrenta toda uma

história de incompreensão e preconceito — ressaltou.

O primeiro dos mais de 100 artigos do estatuto deixa claro que a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência vem para “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”.

A pessoa com deficiência é definida como aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, dificuldades que atrapalham a participação plena e efetiva na sociedade em iguais condições com as demais pessoas. A proposta aprovada pelo Senado seguiu para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

Para Paim, demora na aprovação reflete o preconceito

O ano era 2003 e Paulo Paim iniciava o primeiro mandato no Senado quando apresentou um projeto que criava o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Quase 12 anos depois, a proposta foi aprovada e seguiu para a sanção presidencial. Para ele, a demora é mais um reflexo do preconceito que vitima as pessoas com deficiência, mas o senador está otimista quanto ao cumprimento das novas regras que podem virar lei.

Esse projeto foi inicialmente apresentado em 2003. Por que levou tanto tempo para a apro-

vação final do texto?

Isso aconteceu justamente porque ainda existe muita resistência da sociedade. Muitos achavam e ainda acham que bastavam leis pontuais. O Estatuto da Pessoa com Deficiência traz o que há de melhor na legislação nacional e internacional. A demora é o reflexo do preconceito em assegurar direitos a essas pessoas.

O estatuto é bastante abrangente e detalhado. O senhor acha que vai demorar muito para as regras, se virarem lei, serem totalmente respeitadas?

Eu sou daqueles que usam aquela frase do Geraldo Vandré: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Quando aprovamos Estatuto do Idoso, por exemplo, o também me diziam que não era a hora. É lei e está funcionando. Quando eu defendia o salário mínimo de US\$ 100 também achavam impossível e hoje é quase US\$ 300. O Estatuto da Pessoa com Deficiência é a mesma coisa. A sociedade se adapta, se molda. No fundo, aqueles que agem com a alma e com o coração sabem que essa é uma grande oportunidade para as pessoas com de-

ficiência serem mais respeitadas. Além disso, a população passará a ser mais solidária e a oferecer mais oportunidades. As pessoas com deficiência não precisam de favores ou pena, mas de oportunidades para apresentarem seu potencial produtivo.

No caso de sanção do projeto, o que muda na vida das pessoas com deficiência?

Muda tudo. A lei é muito abrangente. Trata da saúde, da educação, do acesso ao mercado de trabalho, do direito à moradia. As pessoas mais pobres terão direito a uma ajuda do Estado,



“As pessoas não precisam de favores, mas de oportunidades”, diz o senador

assim como já acontece com os idosos. É uma lei revolucionária e o Brasil, pela sua grandeza e generosidade, há de ultrapassar

os preconceitos e abraçar esses 45 milhões de brasileiros, que, de uma forma ou de outra, serão beneficiados com o projeto.

O que eles querem é a chance de ter sonhos e poder realizar

Quem se mete a besta de ter dó ou preconceito contra a Duda nem sabe o tanto que é bobo. Maria Eduarda Soares de Mendonça é uma moça de 23 anos. Sofre de um tipo grave de nanismo — mede menos que 90 cm e enxerga apenas a vultos. Ainda assim, cursa direito em uma universidade de Brasília e recebe inúmeros convites para palestras. O tema é quase sempre o rompimento das barreiras da deficiência. Duda acompanhou a votação do estatuto no Plenário do Senado.

— A gente se esfolia desde sempre para manter nossos direitos vivos, para manter a justiça do deficiente viva. E eu acho que é a partir dessa lei que a gente vai ser enxergada. A gente não é resto. A gente merece respeito, consideração. A gente merece a dignidade da pessoa humana.

Junto a Maria Eduarda estava Ari Heck, que compõe o Núcleo de Servidores Deficientes do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul. Heck é cadeirante. Para ele, o estatuto é um avanço extraordinário. A expectativa do gaúcho é que as

normas possam, efetivamente, assegurar cidadania a essa parcela da sociedade.

— Nós temos as nossas capacidades. Nós temos os nossos desejos. Nós temos os nossos interesses, os nossos sonhos. Isso a sociedade brasileira e a mundial não podem tirar de nós, porque ninguém pediu para ser deficiente. O que nós queremos é que a sociedade nos trate de forma igual, usando mecanismos diferenciados.

O jornalista e escritor Antônio Leitão é cego. Ele ressaltou que o estatuto vai possibilitar avanços nas mais diversas áreas. Enfatizou também a importância de prever a oferta do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os deficientes auditivos e do sistema braille para os cegos.

— O braille é fundamental para a alfabetização e para os anos iniciais do estudo dos deficientes visuais. A gente sabe que a educação é fundamental para todos os seres humanos, inclusive para mim que nasci lá no sertão do Ceará e hoje sou professor, jornalista e escritor. Eu só sou isso por conta da educação — disse.



Estudante de direito, Maria Eduarda acompanhou em Plenário a votação

A nova lei na opinião dos senadores

“O Brasil vem dando passos importantes na adoção de políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência e o Senado sempre foi protagonista na evolução dessa matéria no nosso país.”

Renan Calheiros,
presidente do Senado

“O primeiro ponto é muito importante: a conceituação da deficiência. Essa será, sem dúvida alguma, uma das principais conquistas da legislação. O que era antes erroneamente compreendido como uma questão médica relacionada a uma patologia individual passa a ser reconhecido como uma questão social.”

Lindbergh Farias
(PT-RJ)

“A proposta vai permitir avanços na política de cotas que há quase 20 anos obriga empresas com mais de 100 funcionários a contratarem de 2% a 5% de funcionários com algum tipo de deficiência. O novo estatuto vai ampliar essa política afirmativa, estabelecendo que também as empresas com 50 a 90 empregados reservem pelo menos 1 vaga para pessoas deficientes ou reabilitadas.”

Marta Suplicy
(sem partido-SP)

“Quando aprovamos esse projeto, estamos protegendo milhões de brasileiros considerados deficientes: 24% dos brasileiros estão nessa situação e ainda persistem em muitos lugares o descuido, a omissão, o tratamento desigual, o preconceito, a discriminação e a humilhação contra seres humanos que nasceram para ser felizes.”

Antonio Carlos Valadares
(PSB-SE)

“O Brasil demorou para reconhecer, de forma ampla, os direitos da pessoa com deficiência, mas quero aqui dizer da nossa alegria de, finalmente, chegar o momento de o Congresso Nacional concluir a aprovação dessa legislação. Trata-se de uma grande inclusão social tanto do ponto de vista social quanto econômico.”

Fátima Bezerra
(PT-RN)

“Nossa obrigação é cuidar para que esse estatuto seja cumprido e para que seja regulamentado para fazer justiça a seres humanos.”

Omar Aziz
(PSD-AM)

“É uma lei que trabalha a inclusão. É uma lei que trabalha e fortalece o recurso da cota. O que é o recurso da cota? É você buscar a inclusão daqueles que não têm oportunidade. E não há nada mais democrático do que isso.”

Vanessa Grazziotin
(PCdoB-AM)

“Quero fazer uma homenagem muito especial ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi ele quem implementou a Lei Orgânica da Assistência Social, que, pela primeira vez, pôde fazer com que o deficiente fosse reconhecido pela sociedade brasileira.”

Lúcia Vânia
(PSDB-GO)

“Este texto inclui aquilo que é a identificação da deficiência a uma avaliação psicossocial. É algo que é composto por um grupo multidisciplinar capaz, exatamente, de definir uma avaliação complexa dessas pessoas e capaz de reorientá-las.”

Ronaldo Caiado
(DEM-GO)

As mudanças que o texto traz



PRECONCEITO

Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Quem discriminar, induzir ou incitar esse tipo de discriminação fica sujeito a pena de um a três anos de prisão, mais pagamento de multa.



SAÚDE

As operadoras de planos e seguros privados de saúde estão obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes. Fica proibida a cobrança de valores diferenciados por causa da deficiência.



EDUCAÇÃO

É dever do Estado assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar e avaliar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. As escolas de educação profissional e superior — públicas e privadas — devem reservar 10% das vagas, por curso e turno, para estudantes com deficiência. As escolas privadas ficam proibidas de cobrar valores adicionais dos alunos com deficiência.



MORADIA

Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com dinheiro público, a pessoa com deficiência ou seus responsáveis têm prioridade na compra do imóvel. Além disso, 3% das unidades devem ser reservadas às pessoas com deficiência.



EMPREGO

Os órgãos do poder público estão obrigados a preencher no mínimo 5% dos cargos e empregos públicos com pessoas com deficiência. O edital de cada concurso público desses órgãos deve reservar de 5% a 20% das vagas em disputa às pessoas com deficiência. A cota de pessoas com deficiência que devem ser contratadas em empresas privadas fica maior.



RENDA

As pessoas com deficiência comprovadamente pobres terão direito a benefício de um salário mínimo por mês.



ESPORTE E LAZER

Os teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares devem reservar espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência.



TRANSPORTE

Os veículos de transporte coletivo devem ser acessíveis para garantir o uso por todas as pessoas. Em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, devem ser reservados a pessoas com deficiência 2% do total de vagas.



JUSTIÇA

As pessoas com deficiência têm prioridade nos processos judiciais e administrativos.

Quem são e como vivem



Fonte: Centro Regional de Informação da ONU (2006) e IBGE (2010)

Saiba mais

Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência
<http://bit.ly/estatutoDeficiencia>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Pauta inclui também proposta que cria carreira nacional para os professores dos colégios públicos e prevê recursos para que escolas ofereçam ensino em tempo integral

Comissão deve votar hoje bolsa para universitário

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) vota hoje 13 itens, entre eles o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que cria o programa Bolsa de Permanência Universitária (PLS 214/2010). A proposta tem relatório pela aprovação elaborado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Se passar, poderá ir para a Câmara dos Deputados.

O projeto concede uma bolsa mensal ao estudante, em valor correspondente a um salário mínimo (hoje de R\$ 788), com a contrapartida da prestação de serviços à União ou a outro ente federado conveniado, com a duração de 20 horas semanais em regime de estágio.

A bolsa só poderá ser concedida a alunos que comprovarem não ter condições de arcar com o curso superior, que fizerem parte de uma família com renda per capita não superior a três salários mínimos e que não tiverem diploma universitário.

Outro item na pauta é o projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF), também com relatório favorável de Ran-



Professor dá aula na Universidade de Brasília: projeto prevê auxílio mensal de um salário mínimo para estudante pobre

dolfe, que cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade (PFE) e a carreira nacional do magistério da educação de base (PLS 320/2008). A proposta já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se for aprovada pela CE, poderá ser encaminhada para a Câmara.

Pelo projeto, o PFE deverá

ser implantado nas escolas estaduais e municipais que aderirem. O programa consiste na oferta, por parte do governo federal, de meios voltados para a melhoria da infraestrutura dos colégios e o atendimento em tempo integral dos estudantes.

Quanto à criação da carreira nacional do magistério, a finalidade será eliminar as

desigualdades remuneratórias dos professores nas diferentes redes públicas de ensino.

— O projeto é condizente com a meta do Plano Nacional de Educação de investir 7% do PIB em 2019 e 10% em 2024 — diz Randolfe.

O senador avalia que a proposta “tira de uma posição secundária” por parte do governo federal a educação

básica. Ele argumenta que o atual modelo descentralizado não traz bons resultados.

— Hoje há pouco investimento, descaso do poder público, falta de vagas, desvalorização dos professores, infraestrutura precária, altos índices de repetência e baixo rendimento dos estudantes.

Antissemitismo

Também está na pauta o pedido para que a comissão discuta o primeiro ano de implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu metas até 2024. Para a audiência pública, deverá ser convidado um representante do Ministério da Educação.

A comissão também pode analisar um voto de repúdio à atitude antissemita da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (RS), formalizada por meio de um memorando do professor José Fernando Schlosser, que teve o objetivo de proceder a um levantamento “urgente” sobre a “presença de discentes e (ou) docentes israelenses” no estabelecimento.

Indicado para diretoria da Agência Nacional de Águas passará por sabatina

Indicado pela presidente Dilma Rousseff para a Área de Hidrologia da Agência Nacional de Águas (ANA), o geólogo Ney Maranhão deve ser sabatinado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Após a sabatina, a indicação será submetida a votação secreta. Cabe ao Plenário a deliberação final.

O relator da indicação na CMA, Otto Alencar (PSD-BA), considera que o indicado atende os requisitos para o cargo. Maranhão tem graduação em geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorado em engenharia civil, na área de recursos hídricos, pela mesma universidade.

Atuou na Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento do estado de São Paulo em 1999 e 2000, foi superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA de 2010 a 2013 e hoje é secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e secretário-executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

HOJE, ÀS 9H30

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

• <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Senadores estudam fazer audiência sobre produção de etanol na Amazônia

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) votará hoje duas propostas de audiência pública. O primeiro requerimento, de Ângela Portela (PT-RR), trata de uma audiência, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para discutir o Programa de Produção de Etanol Social da Amazônia. A senadora propõe que sejam convidados Márcio Silveira, reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e Djalma Bezerra Mello, titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O segundo requerimento é de Cristovam Buarque (PDT-DF), que quer uma audiência pública para tratar dos obstá-

culos para o desenvolvimento de tecnologias de informação no Brasil. Os convidados são representantes do setor privado e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A pauta da CCT tem ainda um terceiro requerimento que acrescenta convidados a uma audiência pública já aprovada pela comissão. O debate, que tem como tema a situação da biotecnologia no Brasil, poderá contar com representantes da Casa Civil, do Ministério do Desenvolvimento e do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

A reunião da CCT será logo após audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para as 10h, que receberá o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro.

Grupo que vai propor Código de Aeronáutica será instalado às 11h

O Senado instala hoje uma comissão de especialistas para atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/1986). A cerimônia está marcada para as 11h, no Salão Nobre, e terá a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha. A sugestão de atualização é de Vicentinho Alves (SD-TO), que é piloto. Engenheiros, juristas e especialistas do setor vão compor a comissão, que terá seis meses para apresentar um anteprojeto. Depois, tramitará pelo Senado e pela Câmara. Com o surgimento de novas tecnologias e o aumento da demanda de passageiros, o código é tido como defasado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Edição: Silvío Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Visão de futuro de Campos da Paz é destacada

Fundador da Rede Sarah de Hospitais, falecido em janeiro, e os 55 anos da instituição foram homenageados em sessão especial realizada ontem no Plenário no Senado

A AFIRMAÇÃO DE que é possível fazer saúde pública com qualidade e a visão de futuro foram destacadas ontem por oradores durante sessão especial do Senado em homenagem ao médico e cientista Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede Sarah de Hospitais, falecido em janeiro.

O ato foi também uma celebração aos 55 anos de inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, em Brasília, núcleo da rede especializada em neurorreabilitação hoje presente em nove capitais brasileiras.

Dirigiu a sessão Cristovam Buarque (PDT-DF), que requereu a homenagem em conjunto com Ana Amélia (PP-RS), Hélio José (PSD-DF), João Capiberibe (PSB-AP), Paulo Paim (PT-RS) e Reguffe (PDT-DF).

— Aprendi com ele [Campos da Paz] o que eu costumo definir como sendo saúde pública: hospital público é aquele em que você não fica na fila para ser atendido mais do que é preciso e do qual você não sai doente nem mais pobre — afirmou Cristovam.

Participou da mesa da sessão o ex-senador e ex-presidente da República José Sarney,



Sessão conduzida por Cristovam Buarque realçou o legado do médico Aloysio Campos da Paz em favor da saúde pública

amigo de Campos da Paz, citado como um dos grandes apoiadores de sua obra. Junto a ele estava a viúva do homenageado, Elsitá Lorlai Coelho Campos da Paz.

A sessão foi aberta com a execução, pelo Coral do Senado, do Hino Nacional e da canção *Wave*, de Tom Jobim, uma das prediletas do homenageado, apreciador de música e instrumentista (tocava trompete).

Telmário Mota (PDT-RR) afirmou que a homenagem prestada à instituição e a seu fundador era um ato modesto em comparação com “os gran-

des serviços que prestaram ao país”. Para traduzir o espírito humanista de Campos da Paz, registrou uma frase que notabilizou o criador da Rede Sarah: “Não admito chá de erva-doce para pobre e tomografia computadorizada para rico”.

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que a Rede Sarah é responsável por uma das mais notáveis gestões da saúde pública no Brasil, capaz de competir com as grandes unidades de saúde de todo o mundo.

— É a prova inquestionável de que se pode fazer medicina pública e de qualidade, com

absoluta seriedade, apuro tecnológico e uma fundamental dose de humanismo — disse.

Ana Amélia recordou a primeira vez em que esteve no Sarah, há mais de 25 anos, em visita a um jovem que ficara tetraplégico e se encontrava em tratamento. A então jornalista ficou impressionada com a organização, a disciplina e o atendimento igualitário e cuidadosamente prestado.

Depois, a senadora relatou o teor de mensagem que enviou a Campos da Paz: “Dr. Aloysio, acabo de visitar o Sarah e falo

como contribuinte. Eu gostaria que o imposto que eu pago fosse sempre aplicado dessa forma, que todas as instituições de saúde pública de nosso país fossem como o Sarah”.

Hélio José destacou que o país ainda enfrenta graves problemas na área da saúde, inclusive a presente “guerra contra a dengue”, o que demanda pesquisa em vacinas. Assinalou que a rede hospitalar e seu fundador servem de exemplo sobre como agir diante dos desafios que persistem.

Para a presidente da Rede Sarah, Lúcia Braga, Campos da Paz foi um homem à frente de seu tempo, que sempre achou possível fazer inclusive o que não existia e também inspirar a todos ao seu redor a “batalhar” pelos mesmos objetivos.

O ex-ministro do STF Sepúlveda Pertence destacou a lealdade da instituição, nas mãos do fundador e na gestão atual, em manter o perfil social de seus serviços. Ele disse que a pirâmide continua mesma, tendo na base a “faixa dos pobres e dos mais ou menos pobres” como beneficiários da excelência dos serviços, sem deixar de compreender a classe média e os ricos.

Alvaro Dias pede que o governo apure denúncias

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ao Ministério da Justiça que apure denúncias de inva-



Waldemir Barreto/Agência Senado

são de terras, extorsão e tráfico de drogas por trabalhadores sem terra da Frente Nacional de Luta na região de Alto Paraíso e São João d'Aliança, em Goiás. Segundo o senador, as denúncias estão na ata de reunião da Ouvidoria Agrária Nacional com integrantes da Defensoria Pública da União, Ministério da Justiça, Polícia Militar, Movimento dos Agricultores Unidos e outros proprietários de terras da região.

Alvaro reclamou que consta da ata que o ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Gercino José da Silva Filho, teria dito que movimento popular visando à reforma agrária não é crime contra o patrimônio e, por isso, as polícias não podem impedir a ocupação de fazendas. Para o senador, essa postura estimula a invasão de terras produtivas e a violência no campo.

Comissão avalia dispensa de emplacamento para tratores e outros veículos na agricultura

O relatório da Medida Provisória (MP) 673/2015, que dispensa de licenciamento e emplacamento tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos no campo, deve ser apresentado amanhã na comissão mista que analisa o texto.

A ideia é evitar a cobrança futura de IPVA e outras taxas pelos departamentos estaduais de trânsito (Detrans), pois a MP prevê que os equipamentos estarão sujeitos a registro único quando produzidos a partir de 1º de janeiro de 2016.

O relator, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), explicou que ainda não fez alteração na MP, mas que tirar a matéria do âmbito do Detran deve ser “a preocupação de todos”.

— Não me preocupo com o custo do registro, mas com o que vem associado a ele, como vistoria, pagamento de IPVA e seguro obrigatório. [Donos de] barcos e aeronaves foram ao Supremo [Tribunal Federal] para não pagar IPVA.

Para o relator, nada impede que lei estadual defina que o registro só será concedido após pagamento de IPVA. Ele



Intenção é evitar futura cobrança de IPVA para registro das máquinas agrícolas

disse que uma das soluções aventadas seria encarregar as delegacias do Ministério da Agricultura do procedimento:

— Os estados não têm dinheiro para sustentar o Detran, que tem que se virar cobrando. Ninguém vai fazer registro de graça.

Presidente da comissão mista, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que o texto encaminhado pelo Executivo deixa claro que não haverá cobranças futuras, mas não impede que os estados cobrem alguma taxa, já que o registro será feito nos Detrans.

Segundo o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), o relatório

da MP deve ter uma redação definitiva que evite mais encargos ao produtor rural:

— O objetivo do cadastro é combater furtos e roubos, sem a obrigatoriedade do IPVA, que é vinculado ao órgão que fará o registro local. Os estados, quando necessitarem de mais receitas, vão querer ampliar a arrecadação.

Para o senador Blairo Maggi (PR-MT), a solução poderia ser a aprovação de projeto dele (PDS 124/2013) que susta resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que fixa critérios para registro de tratores. Aprovado no Senado, foi encaminhado em março para exame da Câmara.

Campanha defende opção na aposentadoria

Um grupo de senadores lança hoje uma campanha pedindo à presidente Dilma Rousseff que não vete a proposta que flexibiliza o fator previdenciário — aprovada como emenda à Medida Provisória 664/2014. Os senadores defendem a proposta que permite a aposentadoria quando a soma de idade e tempo de contribuição atinge 85, para mulheres, e 95 para homens.

A decisão foi tomada depois que Walter Pinheiro (PT-BA) recebeu a informação de que o governo não apresentou contraproposta. Nem uma reunião das centrais sindicais com ministros sobre uma alternativa, ontem, trouxe solução.

— Conversei com vários senadores, entre eles Paulo Paim [PT-RS] e Otto Alencar [PSD-BA], e decidimos chamar a população para engrossar o coro da vigília pedindo o “Não Vete, Dilma” — disse Pinheiro.

Paim e Pinheiro são autores da emenda incluída no texto final da MP. A campanha, que para as redes sociais da internet ganhou as *hashtags* #NãoVeteDilma e #DigaSimAFórmula85/95, será lançada às 15h, em frente ao Plenário.

Em audiência pública, especialistas e ativistas criticaram projetos em tramitação no Congresso que, na avaliação deles, podem trazer mais discriminação a portadores de HIV/aids

Debate alerta para risco a direitos de soropositivos

O PRESIDENTE DA Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), disse que o Congresso corre o risco de causar mais prejuízos aos portadores do vírus HIV, caso aprove propostas que reduzem direitos e aumentam a discriminação. Ontem, após audiência pública que discutiu a relação entre o aumento de casos de aids no país e a falta de acesso a direitos dos soropositivos, o senador garantiu que a comissão vai se empenhar para evitar que isso ocorra.

O projeto mais criticado pelos participantes da audiência foi o PL 198/2015, que torna crime hediondo a transmissão deliberada do vírus da aids. O texto ainda tramita na Câmara.

— Espero que não passe na Câmara, mas, se passar lá, aqui vai parar. Vamos segurar o quanto for necessário. Não é criminalizando que vamos resolver a questão — disse Paim.

Na avaliação de Léo Mendes, da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos (ANS DH), a proposta vai fazer com que os cidadãos não se testem, já que poderão ser

presos. Isso atenta contra as políticas de prevenção, porque afastará do Sistema Único de Saúde (SUS) e do tratamento adequado os soropositivos e as pessoas que suspeitam ter a doença, observou. Além disso, o Código Penal já prevê a prisão para quem deliberadamente transmite doenças infectocontagiosas, lembrou.

Carlos Alberto Duarte, representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS), disse que a proposição coloca toda a responsabilidade nas costas das pessoas. Para ele, criminalizar a transmissão amplia a discriminação, fazendo com que a pessoa abandone o serviço de saúde por não querer ser reconhecida como “criminoso”.

Outra proposta criticada foi a PEC 451/2015, do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara. O texto obriga os empregadores a garantirem a seus empregados assistência à saúde. Na opinião da presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro de Souza, a proposta fere a Constituição e enfraquece o SUS.



Paulo Paim (à mesa, ao centro), que presidiu a audiência, garantiu que a comissão vai se empenhar para evitar retrocessos

— Essa PEC é uma afronta à população brasileira e traz riscos ao direito universal à saúde — afirmou.

Violações

Propostas que também serão avaliadas com cuidado pela comissão, prometeu Paim, são o PLS 200/2015, que trata de pesquisas clínicas com seres humanos, e a Recomendação 200 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), contra a discriminação dos portadores de HIV/aids no local de traba-

lho, que precisa ser referendada pelo Congresso.

O crescimento das epidemias é um marcador de violação de direitos humanos e, em casos de doenças como a aids — cuja incidência é maior em grupos de transexuais e transgêneros, usuários de drogas, gays e prostitutas —, isso se torna evidente. Foi o que afirmou Vera Paiva, psicóloga e professora da Universidade de São Paulo (USP).

— Onde há violação de direitos, há mais aids, mais morte materna, mais morte infantil,

mais sofrimento mental que resulta em suicídio, abuso. É uma evidência científica — disse.

Esses grupos estão alijados, são praticamente invisíveis nas políticas públicas de saúde e educação, têm pouco acesso à prevenção e sofrem discriminação, explicou a psicóloga. Ela defendeu a informação e a prevenção como política para frear a aids e criticou a “mistura de religião e política” e a perseguição aos direitos de minorias como os homossexuais.

— Nenhuma religião pode ter o privilégio de ocupar, dominar e destruir o estado laico. Nenhuma opção sexual pode ter o privilégio de normatizar as outras — defendeu.

Com opinião semelhante, Leo Mendes afirmou que, sem atingir as populações onde os casos estão concentrados, garantindo acesso à saúde, por exemplo, a epidemia nunca será freada. Ele também criticou a gestão de estados e municípios para a vigilância, pois não investem o suficiente nas ações de prevenção, mesmo recebendo recursos da União.

— Se não há prevenção na ponta, é natural que pessoas se infectem — frisou.

Prevenção à aids exige articulação de políticas, diz especialista

A necessidade de mais financiamento para a saúde foi mencionada por Ivo Brito, do Departamento de DST/Aids do Ministério da Saúde. Segundo ele, o desafio do SUS para o futuro é responder às condições de uma epidemia que se torna crônica, com pessoas que estão envelhecendo com a síndrome e exigem mais estrutura assistencial do Estado. Ele acrescentou que é preciso aprimorar as políticas de prevenção e tratamento à aids, com a inclusão da agenda dos direitos humanos na prevenção e com políticas intersetoriais articuladas.

— A resposta à epidemia não é exclu-

siva da saúde, é uma dimensão intersetorial, articulada com Ministério da Saúde, Secretaria de Direitos Humanos, Câmara e Senado, para reverter a situação conservadora que hoje vigora dentro do Congresso, sobretudo em relação às pessoas que vivem com DST/aids e à população LGBT [lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros] — disse.

Brito lembrou ainda que o Brasil assumiu o compromisso com a meta 90-90-90 da Organização das Nações Unidas (ONU): 90% da população testada, 90% das pessoas infectadas em tratamento e 90% da parcela em tratamento com a car-

ga viral suprimida até 2020. Ele lembrou que também depende do Parlamento atuar para atingir esses objetivos:

— Esta Casa tem o dever e a responsabilidade de reverter essa situação.

Em 2014, foram cerca de 39,6 mil casos novos. A infecção tem crescido mais entre os jovens: em 2004, foram notificados 3,4 mil casos, com taxa de detecção de 9,6 por 100 mil habitantes. Já em 2013, foram 4,4 mil notificações, uma taxa de detecção de 12,7 por 100 mil habitantes. Atualmente, 0,4% da população brasileira tem HIV/aids e 403 mil pessoas estão sob tratamento.

Bezerra defende ampliação de relações com os Estados Unidos

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) defendeu o fortalecimento das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Para ele, como o



Waldeir Barreto/Agência Senado

Programa Ciência sem Fronteiras.

— Os Estados Unidos continuam a ser a maior economia global. Para nós, é conveniente nos associarmos a uma economia gigante, que dá evidentes mostras de recuperação. Para eles, a parceria com o Brasil é uma alternativa concreta para promover a integração das Américas — disse.

Em 2014, ressaltou, as trocas comerciais

entre os países somaram US\$ 62 bilhões.

Os norte-americanos, lembrou, são os maiores parceiros do Brasil no

Programa Ciência sem Fronteiras.

— Os Estados Unidos continuam a ser a maior economia global. Para nós, é conveniente nos associarmos a uma economia gigante, que dá evidentes mostras de recuperação. Para eles, a parceria com o Brasil é uma alternativa concreta para promover a integração das Américas — disse.

Paim reforça luta pelo fim da violência contra o idoso

Ao saudar o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra o Idoso, comemorado ontem, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a violência contra os mais velhos é uma covardia que deve ser combatida.

Para o senador, a violência contra os idosos se torna ainda mais preocupante e inaceitável porque ocorre geralmente no seio da família. Ele contou que, no ano passado, o Disque 100 recebeu 27.178 denúncias. O triste é que em 51% dos casos os suspeitos da agressão eram os filhos, afirmou.

Paim explicou ainda que 75% das denúncias no ano passado envolviam negligência; 54% tratavam de abuso financeiro e econômico; e 39%, de violência física.

— Felizmente, as denúncias diminuíram em 30% de 2013 para 2014. Não é possível afirmar que as violações aos direitos dos idosos tenham caído em igual número, o que seria muito bom.

Paim também homenageou o médico Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, falecido em janeiro.

Hélio José quer fortalecer carreira de contabilistas

Hélio José (PSD-DF) defendeu o fortalecimento do trabalho dos técnicos contabilistas e contadores. Para ele, apesar da atuação discreta, a categoria é decisiva no combate à corrupção.

Segundo o senador, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estima que o Brasil tenha cerca de meio milhão de contadores. Ele lembrou que os profissionais têm papel imprescindível para garantir a boa conduta das empresas públicas ou privadas e impedir que bilhões



Waldeir Barreto/Agência Senado

de reais sejam desviados.

Para ele, os contadores podem tornar mais transparentes as prestações de contas, o controle interno das contas públicas e as auditorias. Defendeu ainda a medida provisória que cria a Secretaria Nacional de Contabilidade.

— Essa proposta terá o meu inteiro apoio e empenho no Senado, pois penso que, ao fortalecer a classe contábil como carreira de Estado, o Estado pode dar o exemplo que sempre vem de cima.